

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ONOFRE LOPES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
Avenida Nilo Peçanha, nº 620 - Bairro Petrópolis
Natal-RN, CEP 59012-300
(84) 3342-5090 - <https://huol-ufrn.hubrasil.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23526.015547/2026-23

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de crachás de identificação personalizados e seus insumos, destinados aos(as) empregados(as), servidores(as) e residentes do Hospital Universitário Onofre Lopes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Huol-UFRN), vinculado à Rede HU Brasil, incluindo a confecção e entrega, conforme as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Ressalta-se que a contratação contempla a renovação dos crachás existentes, em razão da atualização da identidade institucional, com alteração de nome e logomarca da HU Brasil.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Esta contratação tem por objetivo o fornecimento de crachás de identificação para empregados(as), servidores(as) e residentes do Hospital Universitário Onofre Lopes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Huol-UFRN), vinculado à Rede HU Brasil. A medida visa assegurar a identificação ágil e padronizada de trabalhadores e discentes em situações que demandem acesso às dependências hospitalares.

2.2. O uso de crachás contribui significativamente para o controle de acesso e a segurança institucional, ao facilitar a identificação de pessoas autorizadas e coibir ocorrências como furtos ou a circulação indevida em áreas restritas — aspectos especialmente relevantes em ambientes com grande fluxo de pessoas, como hospitais.

2.3. Adicionalmente, o crachá favorece a qualidade e a humanização da assistência, ao permitir que pacientes e acompanhantes identifiquem com clareza os profissionais responsáveis por seu atendimento, fortalecendo a relação entre usuários e equipes da Rede HU Brasil.

2.4. O processo de contratação será realizado por **dispensa de licitação, com fundamento no art. 84, inciso II**, do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil (RCC 3.0):

Art. 84. É dispensável a realização de licitação para contratação direta nas seguintes situações:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais), e para alienações, nos casos previstos neste Regulamento, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez, no mesmo local e dentro do mesmo exercício orçamentário; (...)

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Os quantitativos, respectivos códigos dos itens e localidades de entrega são os discriminados na tabela abaixo:

Grupo	Item	Descrição/Especificação	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade
1	1	Crachá Funcional para Identificação, confeccionado em cartão PVC de proximidade, com impressão personalizada. Ilustração: A arte final será confeccionada pela contratante e enviada anexa à Ordem de Serviço.	401619	Unidade	2.100
	2	Protetor de Crachá, confeccionado em plástico injetado, transparente, rígido, com furo para uso de cordão (vertical e horizontal) e dimensões para uso de crachá tamanho padrão 85 mm x 55 mm.	447869	Unidade	2.100
	3	Cordão para Crachá, confeccionado em material 100% poliéster, com impressão personalizada. Ilustração: A arte final será confeccionada pela contratante e enviada anexa à Ordem de Serviço.	468977	Unidade	1.000
	4	Prendedor de Crachá Retrátil (roller clip), com impressão personalizada. Ilustração: A arte final será confeccionada pela contratante e enviada anexa à Ordem de Serviço.	631218	Unidade	2.000
	5	Cartão de proximidade, confeccionado em material PVC, padrão Mifare 1k.	472869	Unidade	100

2	6	Leitora USB de cartão de proximidade, compatível com cartões do tipo Mifare 13,56 MHz.	458339	Unidade	02
---	---	--	--------	---------	----

3.2. O presente Termo de Referência visa orientar o processo de contratação e definir o conjunto de elementos técnicos que deverão nortear a execução das atividades, a fim de assegurar qualidade, racionalidade, economicidade, eficiência e eficácia à instituição.

3.3. O objeto especifica os bens a serem executados pela CONTRATADA, bem como estabelece os critérios, parâmetros, requerimentos mínimos de qualidade e condições gerais para a condução dos serviços sob sua responsabilidade.

3.4. Havendo divergência entre o descritivo do Termo de Referência e o descritivo do CATMAT, prevalece o descritivo apresentado neste Termo de Referência.

3.5. **Justificativa para Formação do Grupo**

3.5.1. Por mais, a adoção de **AGRUPAMENTO DOS ITENS** justifica-se pela similaridade dos bens, que são fornecidos por empresa do mesmo ramo de atividade, facilitando a fiscalização do acordo a ser celebrado, e gerando uma economia acarretada pelo agrupamento, promovendo maior eficiência ao procedimento, conforme justificativa abaixo detalhada:

- a) Considerando a existência de ganho de eficiência na gestão contratual resultante do agrupamento, uma vez que haveria mais de um fornecedor envolvido na realização de um mesmo item se não houvesse o agrupamento, o que traria contratempos e grande dificuldade na compatibilização das demandas.
- b) Manter o padrão, assegurando uniformidade, compatibilidade, e assegurando melhor gestão contratual, já que haverá apenas um fornecedor adjudicado.

3.6. **Da Classificação dos Bens Comuns**

3.6.1. Os itens descritos neste Termo de Referência são classificados como bens comuns em atendimento ao disposto no inciso II do art. 3º do Decreto n.º 10.024/2019, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado.

3.7. **Especificações mínimas exigidas para esta contratação:**

3.7.1. **Do crachá funcional (item 01):**

3.7.1.1. O cartão PVC deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- a) Cartão de proximidade Smart Card (tecnologia contactless), padrão MIFARE 1k;
- b) Frequência de 13,56 MHz;
- c) Cartão em material PVC laminado cristal na cor branca;
- d) Dimensões: comprimento de 85 mm, largura de 55 mm e espessura de 0,76 mm (ISO CR-80);
- e) Com bordas arredondadas;
- f) Gravação em alta definição;
- g) Para impressão 4x4 (frente e verso colorido) e com resolução mínima de 1.200 dpi.

3.7.1.2. Para proteção do cartão impresso deverão ser observados os seguintes requisitos:

- a) Proteção antidesgaste, com laminação pós-impressão;
- b) Acabamento brilhante.

3.7.2. **Do cordão para Crachá (item 03):**

3.7.2.1. Para o cordão para crachá deverão ser observados os seguintes requisitos:

- a) Material 100% poliéster;
- b) Dimensões: comprimento de 37mm e largura de 20 mm;
- c) Impressão digital nos dois lados, tipo fotografia colorida no tecido;
- d) Terminal metálico do tipo garra (jacaré) + mosquetão sem trava de segurança;
- e) Materiais metálicos resistentes de boa qualidade.

3.7.3. **Do prendedor de crachá retrátil (item 04):**

3.7.3.1. Para o prendedor de crachá retrátil deverão ser observados os seguintes requisitos:

- a) Injetado em plástico ABS;
- b) Impressão digital e aplicação de resina cristal PU;
- c) Diâmetro externo: 30mm. Diâmetro interno aproximado (personalizável com identidade visual a ser fornecida): 20mm;
- d) Mecanismo Extensor (ioiô) com extensor em nylon, com mínimo de 70 cm, com recolhimento automático;
- e) Prendedor clipe de cinto metálico preso na parte traseira;
- f) Terminal do tipo prendedor alça plástica transparente com botão de fecho;
- g) Cor azul translúcido.

3.7.4. Do cartão de proximidade (item 05):

3.7.4.1. O cartão de aproximação deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- a) Cartão de proximidade Smart Card (tecnologia contactless), padrão MIFARE 1k (ISO 14443-A);
- b) Frequência de 13,56 MHz;
- c) Cartão em material PVC laminado cristal na cor branca;
- d) Dimensões: comprimento de 85 mm, largura de 55 mm e espessura de 0,76 mm (ISO CR-80);
- e) Com bordas arredondadas;

3.7.5. Da leitora de cartão de proximidade (item 06):

3.7.5.1. Para a leitora de cartão de proximidade deverão ser observados os seguintes requisitos:

- a) Compatível com cartões de proximidade Smart Card (tecnologia contactless), padrão MIFARE 1k (ISO 14443-A);
- b) Frequência de 13,56 MHz;
- c) Interface de comunicação USB, sem a necessidade de instalação de drivers ou programas extras para funcionamento;
- d) Tensão de alimentação: 5V (via USB);
- e) Sinalização visual e sonora;
- f) Compatível com todos os principais sistemas e versões: Windows, Linux e Android.

3.7.6. Do layout:

- a) O layout dos itens personalizados será baseado nos modelos fornecidos pela Divisão de Gestão de Pessoas (DivGP) do Huol-UFRN à CONTRATADA, conforme prazo estabelecido neste Termo de Referência.
- b) O layout dos crachás deverá ser elaborado pela CONTRATANTE e enviado para a CONTRATADA, que informará o meio e a forma adequados para o envio da arte.

3.7.7. Da arte:

3.7.7.1. A arte deverá ser submetida à análise, avaliação e posterior aprovação pela CONTRATANTE, de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

3.7.7.2. Deverão ser observadas as seguintes características:

- a) As cores impressas deverão ser compatíveis com a escala CMYK e em consonância com o Anexo I - Manual (Externo) de Uso da Marca HU Brasil 27-03-2026 Uso da Marca HU Brasil.
- b) A CONTRATADA deverá utilizar a fonte *Open Sans Bold* de 7,5 pt para o dado variável "Nome" e, para os demais campos variáveis, a fonte *Open Sans Semibold Italic* 6 pt. Nos casos em que essa fonte não permita a impressão completa da informação, como um nome completo sem abreviação, a fonte deverá ser ajustada. A fonte ajustada será avaliada na análise da amostra, e a CONTRATANTE indicará as providências necessárias, caso seja necessário;
- c) Não poderá constar, em hipótese alguma, qualquer publicidade que identifique a CONTRATADA (nome comercial, marca, logomarca, telefone, etc.) na frente e/ou verso das identidades funcionais, a fim de isolar a origem do material e dificultar o acesso ou a busca de dados por terceiros;
- d) Incluir na arte QR Code (código de resposta rápida) relacionado a um ID a ser informado pela CONTRATANTE.

3.7.7.3. A CONTRATANTE poderá solicitar a aprovação da arte com as informações acima e de acordo com o layout fornecido.

3.7.8. Do banco de dados:

3.7.8.1. Os dados serão disponibilizados pela CONTRATANTE à CONTRATADA nos formatos e meios indicados por esta última, em arquivo .csv e/ou .xls, com as informações organizadas da esquerda para a direita e do anverso para o verso, conforme o layout a ser fornecido juntamente com a ordem de serviço e o fornecimento de materiais. A disposição das informações, bem como a possível inserção ou exclusão de dados, poderá ser revisada até a emissão da referida ordem de serviço.

3.7.8.2. A CONTRATADA deverá declarar sigilo das informações em atenção à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018.

3.7.8.3. Os dados pessoais dos(as) empregados(as)/servidores(as) só serão disponibilizados à empresa CONTRATADA.

3.7.9. Da fotografia para os crachás:

3.7.9.1. A CONTRATANTE será responsável por enviar os arquivos no formato JPEG à CONTRATADA, de acordo com os critérios e pelos meios indicados pela CONTRATADA.

3.7.9.2. Deverão ser observadas as seguintes características:

- a) Proporção 3X4;
- b) Enquadramento (do peito para cima, com a cabeça centralizada);
- c) Fundo branco;
- d) Formato JPEG (.jpg).

3.7.9.2.1. Caberá a CONTRATADA fazer o tratamento digital necessário das fotografias, com vistas à obtenção da melhor qualidade técnica para fabricação de cada crachá, incluindo:

- a) Adequação do tamanho e enquadramento da foto;
- b) Colocação da cor de fundo branca;
- c) Remoção de eventuais marcas/traços indevidos;
- d) Realce de cores esmaecidas.

3.7.10. Requisitos Complementares:

- a) Caso necessário, todas as artes deverão ser aprovadas previamente pela DivGP.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Legais

4.2. O presente processo de contratação deve estar aderente à:

4.2.1. Constituição Federal;

4.2.2. Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 - Lei das Estatais;

4.2.3. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

4.2.4. Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

4.2.5. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;

4.2.6. Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018 - Institui a Política Nacional de Segurança da Informação;

4.2.7. Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - versão 3.0 (RCC 3.0);

4.2.8. Resolução nº 298, de 17 de julho de 2025, do Conselho de Administração, que trata das diretrizes para execução indireta, mediante contratação de serviços, de atividades que envolvam atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da HU Brasil.

4.3. Condições de Participação

4.3.1. A título de condições de participação, as previsões constantes no art. 70 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0 definem quais são as condições impeditivas de participar de licitações e de ser contratada pela HU Brasil.

4.3.2. A CONTRATADA deverá apresentar declaração de que não se enquadra nas hipóteses previstas no art. 70 do RCC 3.0 de impedimento de licitar e de ser contratada pela HU Brasil.

4.3.3. Deverá ser observada a Política de Transações com Partes Relacionadas da HU Brasil atualizada, disponível em <https://www.gov.br/hubrasil/pt-br/governanca/governancacorporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas>.

4.3.4. Deverá ser observado o previsto no art. 6º, inciso VII, do RCC 3.0: observância de políticas de compras sustentáveis, de relacionamento com fornecedores, de integridade, de transação com partes relacionadas, de proteção de dados pessoais e outras políticas aprovadas no âmbito da HU Brasil, que guardem pertinência com o objeto da contratação.

4.4. **Proposta de Preços**

4.4.1. Durante a Dispensa eletrônica, ao ser convocado, o licitante deverá enviar sua proposta, conforme modelo em anexo, contendo as seguintes informações:

I - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da contratação e as respectivas Faturas/Notas Fiscais;

II - Nome completo e identificação do responsável pela proposta;

III - Endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

IV - Data de emissão e prazo de validade da proposta, que deverá ser de no mínimo 90 dias;

V - Dados bancários da empresa como conta corrente, agência, banco, cidade, e os dados do representante legal da empresa, caso o mesmo ainda não tenha sido oportunamente informado a título de atualização/informação, junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF);

VI - Quantidade ofertada, com os respectivos valores unitários e total;

VII - Marca, fabricante e rótulo, quando aplicável;

VIII - Catálogo técnico dos produtos, contendo imagens referenciais, descritivo detalhado e especificações técnicas.

4.4.2. Destaca-se que os preços ofertados deverão contemplar todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga), mão de obra e demais custos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação e apresentação de propostas.

4.4.3. Fica facultada à HU Brasil solicitar por diligências, informações adicionais para complemento da proposta, inclusive informações técnicas, como laudos técnicos, normas técnicas, certificados de boas práticas, informações sobre o emprego correto e seguro do produto, suas características e composição, condições de armazenamento, riscos, advertências e precauções, ações imediatas frente à exposição acidental, dentre outros, quando aplicáveis.

4.4.4. Não serão admitidas nem aceitas, ofertas de produtos com especificações diversas da originalmente solicitadas no Edital.

5. **AMOSTRA**

5.1. A proponente que oferecer menor preço deverá apresentar amostra dos materiais cotados, no prazo improrrogável de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da convocação.

5.2. A amostra consistirá de 01 (uma) unidade dos itens 01, 02, 03, 04 e 05 da tabela do objeto constante no item 3.1 deste Termo de Referência.

5.3. O prazo estabelecido refere-se ao prazo de entrega das amostras na CONTRATANTE e não à data de despacho/postagem.

5.3.1. Não serão analisadas amostras entregues após a data estabelecida.

5.3.2. O ônus da amostra é de responsabilidade da proponente.

5.4. As amostras deverão estar devidamente e individualmente embaladas, lacradas e identificadas com o número do certame ou cotação eletrônica, o número do item, o CNPJ, o nome ou razão social da proponente e o telefone para contato.

5.5. As amostras deverão ser entregues, às expensas do proponente, na Unidade de Administração de Pessoal (UAP) do Hospital Universitário Onofre Lopes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Huol-UFRN), localizado na Avenida Nilo Peçanha, 620, Petrópolis - Natal/RN, CEP: 59012-300, e serão analisadas com o objetivo de aferir a adequação do produto ofertado às necessidades da HU Brasil, segundo o critério de sua compatibilidade com a especificação constante neste Termo de Referência.

5.6. A amostra será avaliada nos seguintes aspectos:

- I - Qualidade e durabilidade do material utilizado;
- II - Qualidade do acabamento de cada item;
- III - Qualidade na definição das cores; e
- IV - Padronização correta dos tamanhos de cada.

5.7. Poderá ser dispensada da apresentação da amostra, a critério do agente de licitação, a proponente que ofertar produto que possibilite analisar todas as especificações e dirimir todas as dúvidas por meio da documentação técnica apresentada na habilitação.

5.8. Não estando na exceção descrita no item anterior, o proponente que não apresentar amostra, apresentar fora do prazo estabelecido ou apresentá-la em desacordo com as especificações será desclassificado e o subsequente convocado.

5.9. A amostra entregue pela proponente vencedora permanecerá com a Fiscalização para comparação quando do recebimento do material e será devolvida à empresa contratada após o recebimento definitivo do objeto.

5.10. A partir da data em que for homologado o processo licitatório, as amostras reprovadas estarão à disposição do proponente, que deverá retirá-las na Unidade de Administração de Pessoal (UAP) do Hospital Universitário Onofre Lopes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (HUOL-UFRN), no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

5.11. A não retirada da amostra dentro dos prazos fixados será considerada abandono do material, podendo a Administração dar-lhes a destinação que julgar conveniente.

5.12. A responsabilidade da HU Brasil por eventuais danos às amostras limita-se ao período compreendido entre a entrega/recebimento e o último dia fixado para sua retirada.

5.13. A aceitação da proposta fica condicionada à aprovação das amostras, quando solicitadas.

6. NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

6.1. Em razão do caráter de pronta entrega e pagamento da aquisição, não se fará necessária a formalização de contrato. Isto pois, a aquisição será formalizada mediante emissão de Nota de Empenho, conforme dispõe o art. 194, §1º, do RCC 3.0, assim como através de emissão de Fornecimento de Bens, a ser assinada por ambas as partes.

7. GESTÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Emissão de Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento.

7.2. O fornecimento dos bens será contratado **por demanda**, até a entrega total do objeto, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, de segunda a sexta, horário comercial (8h às 17h), cabendo a CONTRATADA aceitar todas as regras e condições impostas na legislação e nos instrumentos elaborados pela CONTRATANTE.

7.3. Os itens deverão estar de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos.

7.4. A Nota de empenho terá força de contrato, conforme o art.194, § 1º do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0;

"Art. 194- É dispensável a redução a termo do contrato, com sua substituição por documento equivalente:
I- nas contratações por escopo de serviços cujos valores se enquadrem no limite do art. 84, inciso I, para obras e serviços de engenharia, e inciso II, para serviços, desde que não resultem obrigações futuras, dentre as quais se incluem a assistência técnica;
(..)

"§ 1º Para efeito deste artigo, constituem documentos equivalentes a carta-contrato, a autorização de compra, a ordem de execução de serviço, nota de empenho, ou qualquer outro documento que comprove a efetivação da despesa."

7.5. Não serão aceitos produtos que não atenderem as exigências dos subitens anteriores ou que não estejam de acordo com as especificações do objeto, podendo a CONTRATANTE requerer da CONTRATADA a substituição do(s) produto(s) no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o contato com o fornecedor, que poderá ser por telefone ou solicitação por escrito sob pena de não pagamento da fatura.

7.6. A garantia do produto deverá compreender no prazo de até 90 dias a substituição desses que apresentem comprometimento nos seguintes aspectos: qualidade da laminação, qualidade da impressão, qualidade do acabamento nas bordas (descolamento) e superfície, descolamento da tag central em resina dos roller clips, entre outros.

7.7. A CONTRATADA deverá dispor mão de obra especializada, equipamentos e outros ativos em quantidade, qualidade e compatibilidade necessários para o fiel execução do objeto contemplado neste Termo de Referência.

7.8. Da Entrega do Objeto

7.8.1. A demanda será solicitada formalmente mediante Ordem de Serviço (OS) enviada para o e-mail da CONTRATADA e que essa deverá tomar ciência e assiná-la eletronicamente.

7.8.2. Poderá ser expedida até 3 (três) Ordens de Serviço por mês, com no mínimo 10 (dez) crachás.

7.8.3. Independentemente da quantidade solicitada, permanecerá o mesmo prazo de atendimento estipulado no próximo item.

7.8.4. O atendimento às ordens de serviço com a entrega em um dos locais apontados no item 7.8.6 será em até 10 (dez) dias úteis.

7.8.5. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.8.6. Local de entrega:

7.8.6.1. Hospital Universitário Onofre Lopes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Huol-UFRN): Avenida Nilo Peçanha, 620, Petrópolis – Natal/RN, CEP: 59012-300.

7.9. **Recebimento e Aceitação do Objeto**

7.9.1. O objeto da contratação será recebido:

I - provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para verificação da conformidade com as exigências previstas neste Termo de Referência;

II - definitivamente, quando verificado o atendimento das exigências previstas neste Termo de Referência.

7.9.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo responsável em acompanhar e fiscalizar o objeto, para efeito de verificação da sua conformidade.

7.9.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.9.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar da notificação feita à CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.10. **Controle e Fiscalização do Objeto**

7.10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto consistem na verificação da conformidade do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que será exercido por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 161 a 167 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil (RCC 3.0).

7.10.2. A verificação da adequação da prestação do objeto deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

7.10.3. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e no RCC 3.0.

7.10.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução do objeto devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores(as)/empregados(as), equipe de fiscalização ou único servidor(a)/empregado(a).

7.11. **Crítérios de Medição e Pagamentos**

7.11.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, após o ateste do documento por parte do responsável por seu acompanhamento e fiscalização, ocorrerá a liquidação.

7.11.2. Para fins de liquidação, a área competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) prazo de validade;
- b) data da emissão;
- c) dados do contrato e da contratante;
- d) período respectivo de execução do contrato;
- e) valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que

impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o processo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à HU Brasil.

7.11.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 65, inciso II, da RCC 3.0.

7.11.5. A HU Brasil realizará consulta ao Sicaf para:

7.11.5.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.11.5.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito da HU Brasil, como a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a HU Brasil, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.11.6. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.11.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.11.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.11.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do instrumento contratual ou equivalente, caso a contratada não regularize sua situação junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e demais certidões de regularidade.

7.11.10. Os pagamentos serão realizados em conformidade com os produtos efetivamente entregues, até o 30º (trigésimo) dia após o recebimento da Nota Fiscal, por intermédio de crédito em conta corrente indicados pelos Contratados.

7.11.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.11.12. Não será permitida a antecipação do pagamento antes do cumprimento do objeto.

7.11.13. No caso de atraso pela contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7.11.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.11.15. Independentemente do percentual de tributo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.11.16. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.11.17. A HU Brasil não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.

7.12. **Sanções Administrativas**

7.12.1. As cláusulas específicas que irão estabelecer as sanções administrativas relacionadas à seleção de fornecedores constam no Edital e os critérios de sanções administrativas relacionadas à gestão contratual constam no Contrato.

8. **SELEÇÃO DE FORNECEDORES**

8.1. O procedimento de aquisição será conduzido através de Dispensa Eletrônica, divulgado no Comprasnet, no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP e no site da HU Brasil, de acordo com o art. 47, §1º e art. 79, §11 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0

8.2. Os itens da presente dispensa caracterizam-se como de natureza comum, conforme definido no art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que são geralmente ofertados no mercado e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

8.3. A contratação será realizada de forma direta, sendo dispensável a licitação, pois se trata de situação enquadrada no inciso II do art. 84. do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0, in verbis:

para alienações, nos casos previstos neste Regulamento, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez, no mesmo local e dentro do mesmo exercício orçamentário;

8.4. As propostas serão ofertadas por intermédio do procedimento de dispensa eletrônica, preferencialmente, conforme o disposto no § 11, do art. 84, do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - RCC 3.0 a saber:

"Art. 84, § 11 - As dispensas de licitação serão conduzidas preferencialmente por dispensa eletrônica ou por meio de chamamento público de propostas".

As dispensas previstas nos incisos I e II do caput deverão, preferencialmente, ser realizadas mediante procedimento de dispensa eletrônica, aplicando-se os procedimentos constantes do Sistema de Dispensa Eletrônica, e da Instrução Normativa da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (IN SEGES/ME) n.º 67, de 8 de julho de 2021 e suas atualizações, que institui o referido sistema, somente quanto à fase de Seleção do Fornecedor."

8.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,50% (cinquenta centésimos por cento).

8.6. Critério de julgamento

8.6.1. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e seus anexos quanto às especificações do objeto.

8.7. Razão da Escolha do Fornecedor

8.7.1. A aquisição em tela será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e anexos complementares que o acompanham, quando for o caso, de modo que após a publicação do Edital de **DISPENSE ELETRÔNICA**, se iniciará a fase de negociação, ao qual o fornecedor para o objeto que ofertar o menor preço e que atender as condições dispostas neste Termo de Referência, se restará como vencedor.

8.8. Tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte

8.8.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

8.8.2. Considerando o valor da contratação pretendida, que está dentro do limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), este procedimento de dispensa de licitação será destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme determina pela Lei-Complementar nº 123/2006.

8.9. Capacidade econômico-financeira

8.9.1. Dispensa-se o requisito de habilitação econômico-financeira com base no § 9º do art. 65 do RCC 3.0. Esse dispositivo estabelece que, nos casos de aquisições cujos valores se enquadrem nos limites do art. 84, inciso II (para bens e serviços), deverão ser exigidos apenas os requisitos de habilitação previstos nos incisos I e II do caput do referido artigo, sendo facultada a dispensa dos requisitos constantes dos incisos III a V.

8.9.2. Considerando que o objeto da contratação possui baixo valor estimado e reduzido grau de complexidade, a exigência de comprovação de qualificação econômico-financeira mostra-se desproporcional e potencialmente restritiva à competitividade do certame.

8.10. Qualificação técnica e Operacional

8.10.1. Capacidade Técnica:

a) Atestado ou declarações de capacidade técnica que comprovem que a empresa forneceu materiais compatíveis com o objeto licitado, de acordo com solicitado no Termo de Referência.

8.10.2. Para verificação de capacidade técnica, a apresentação do atestado deverá ser referente à execução de, no mínimo, 50% do item 1 deste termo de referência, ou seja, a fabricação/emissão de 1.050 crachás.

8.10.3. Será permitida a soma dos atestados de forma a totalizar o quantitativo indicado no subitem anterior, contanto que pelo menos 1 dos atestados possua a fabricação/emissão de 200 crachás.

8.10.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

8.10.5. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

8.10.6. A empresa disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.

8.11. Outras Exigências de habilitação

8.11.1. As condições de participação, de habilitação jurídica e de comprovação de regularidades fiscal, de seguridade social e trabalhista estão previstas no Edital do certame.

8.12. As demais cláusulas específicas que irão regular a seleção de fornecedores constam no Edital.

9. **INDICAÇÃO DO SIGILO DO ORÇAMENTO E ESTIMATIVAS DE PREÇOS**

- 9.1. O valor estimado para a Dispensa Eletrônica é publico em razão de limitação sistêmica da plataforma.
- 9.2. Os preços estimados da contratação foram estabelecidos mediante ampla pesquisa de preços realizada segundo os parâmetros estabelecidos na Norma Operacional - SEI nº 3/2024/DAI-EBSERH, conforme processo SEI nº 23526.015618/2026-98.

10. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 10.1. Os recursos orçamentários para execução da despesa estão contemplados na fonte 1001A004QX, PTRES 234191, natureza da despesa 339030 - Material de Consumo e Plano Interno EPM60000000, conforme informado na Declaração - SEI 62230105.
- 10.2. A informação sobre disponibilidade de recursos orçamentários é fornecida com base na Portaria nº 217 de 05 de julho de 2021, que trata de subdelegação para indicação de fonte de recursos orçamentários e financeiros, publicada no Boletim de Serviço nº 257 de 07 de julho de 2021.

11. **SUBCONTRATAÇÃO, CONSÓRCIOS E DEMAIS ALTERAÇÕES SUBJETIVAS**

- 11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 11.2. Será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, com o objetivo de ampliar a competitividade e possibilitar a participação de empresas que, isoladamente, não possuam capacidade suficiente para o fornecimento integral do objeto.
- 11.3. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da HU Brasil à continuidade da contratação.

12. **CONDIÇÕES GERAIS**

- 12.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento de Contratação, estando em consonância com as disposições legais e normas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração Pública, bem como integra o processo administrativo e tem os anexos abaixo como parte integrante:
- 12.2. Os seguintes anexos integram este Termo de Referência:
- 12.2.1. Anexo I - Manual (Externo) de Uso da Marca HU Brasil (62231802);
- 12.2.2. Anexo II - Modelo item 03 (62231829);
- 12.2.3. Anexo III - Modelo de Proposta (62231857);
- 12.2.4. Anexo IV - Modelo de Ordem de Fornecimento (62231867);
- 12.2.5. Anexo V - Modelo de Recebimento Definitivo (62231876)
- 12.2.6. Anexo VI - Modelo de Parecer Técnico de Avaliação de Amostra de Material (62231886);
- 12.2.7. Anexo VII - CONJUR - Anexos TR - Bens (escopo) - RCC 3.0 (62231893).

Equipe de Planejamento da Contratação:

<div><div>IGOR CAMARA CUNHA Chefe da Unidade de Administração de Pessoal Coordenador da EPC</div></div>	
<div><div>MARLIO VINICIO BEZERRA ALENCAR DOS SANTOS Assistente Administrativo Integrante Demandante da EPC</div></div>	<div><div>KENIA SAYONARA FREIRE DE PAIVA Chefe da Unidade de Compras e Licitações Integrante Administrativo da EPC</div></div>

13. **APROVAÇÃO**

- 13.1. De acordo. Termo de Referência - SEI 62231758 SEI 23526.015547/2026-23 / pg. 10

- 13.2. A presente contratação se mostra adequada e atende aos objetivos da instituição.
- 13.3. Sendo assim, **aprovo** o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos.
- 13.4. Encaminhe-se à área de licitações para início da fase de Seleção de Fornecedor.

RODRIGO BRIOZO
Gerente Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Kenia Sayonara Freire de Paiva, Chefe de Unidade**, em 26/06/2026, às 13:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marlio Vinício Bezerra Alencar dos Santos, Assistente Administrativo**, em 30/06/2026, às 09:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Igor Camara Cunha, Chefe de Unidade**, em 30/06/2026, às 09:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Amancio Briozo, Gerente**, em 30/06/2026, às 09:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **62231758** e o código CRC **91F4C025**.

Referência: Processo nº 23526.015547/2026-23 SEI nº 62231758